

Re.Habita

Carta aberta pela moradia digna na agenda climática

Novembro, 2025

Foto: Tânia Rêgo
Agência Brasil



Fundação
Tide
setubal

 **Habitat**
para a Humanidade
Brasil


ONU-HABITAT

TETO
TECHO

 **WRI BRASIL**

APRESENTAÇÃO

A Re.Habita é um espaço de colaboração e diálogo entre organizações que atuam com questões relacionadas à moradia digna¹ e à resiliência climática² de territórios vulnerabilizados no Brasil. A iniciativa surge da constatação de que, apesar da relevância e urgência dessas agendas, em especial no cenário nacional, ainda é necessário superar a ação desarticulada e somar esforços para fortalecer respostas coletivas à crise climática.

Esta carta representa o compromisso conjunto de articular vozes e práticas em torno de uma narrativa integrada, que reafirme a moradia digna como direito humano fundamental e, ao mesmo tempo, como eixo central das estratégias de adaptação climática em territórios vulnerabilizados.

A Re.Habita teve início a partir do diálogo entre cinco organizações que reconhecem a importância de unir esforços para enfrentar os desafios comuns da agenda habitacional e climática. São elas:

- **Fundação Tide Setubal** – Referência no enfrentamento das desigualdades urbanas, com origem no Jardim Lapenna (São Paulo), atua na produção de conhecimento, fomento a iniciativas periféricas e incidência em políticas públicas, sempre ancorada em práticas locais.
- **Habitat para a Humanidade Brasil** – Organização que atua há mais de 30 anos para reduzir vulnerabilidades por meio da moradia, a partir de três eixos prioritários: defesa e promoção de moradia adequada; água, saneamento e moradia saudável; adaptação climática e resposta a desastres.
- **ONU-Habitat Brasil** – O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos é o ponto focal para questões relacionadas à urbanização e atua em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável. Seu Plano Estratégico 2026-2029 coloca a moradia, o solo e os serviços básicos no centro da sua atuação. Possui escritório no Brasil há 25 anos.
- **TETO Brasil** – Organização não governamental formada por jovens voluntários e voluntárias que, desde 2006, implementa iniciativas de moradia e habitat em favelas hiper vulnerabilizadas. A organização atua ao lado dos moradores, fortalecendo as capacidades locais para desenvolver comunidades autogeridas e, assim, superar a emergência habitacional e pobreza em nosso país.
- **WRI Brasil** – Instituto de pesquisa que trabalha para melhorar a vida das pessoas, proteger e restaurar a natureza e estabilizar o clima. Como uma organização de pesquisa independente, utiliza seus dados, expertise e alcance global para influenciar políticas públicas e catalisar mudanças em sistemas como alimentos, uso da terra e água; energia; e cidades.

A Re.Habita surge no segundo semestre de 2025 e, por meio desta carta, busca dar visibilidade e forma a uma iniciativa em construção. A realização da 30ª Conferência das Partes (COP30) no Brasil no mesmo ano abre uma oportunidade para que a articulação entre a questão habitacional e a resiliência climática ganhem mais protagonismo no debate sobre a resiliência e o futuro das cidades e comunidades.

O lançamento da carta neste momento reafirma o compromisso de fortalecer a resiliência como parte essencial da agenda climática.



PROBLEMÁTICA

Os desafios contemporâneos da urbanização e das mudanças climáticas se manifestam de forma mais intensa nos territórios urbanos do Sul Global, onde as desigualdades socioespaciais agravam a vulnerabilidade das populações e comprometem a capacidade de resiliência das comunidades.

Entre os principais desafios para o fortalecimento dessa capacidade, está a efetivação do direito à moradia digna, que incorpora, os parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse direito compreende condições de segurança na posse, habitabilidade, acessibilidade, disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas essenciais, localização apropriada e adequação cultural.

Não se trata apenas de garantir abrigo físico, mas também condições para o pleno exercício do direito à cidade — entendido como o acesso equitativo a oportunidades, a um ambiente urbano seguro, integrado e dotado de infraestrutura e serviços públicos essenciais como saneamento, energia elétrica, transporte, saúde e educação, além da participação efetiva da população nos processos decisórios e na própria produção da cidade.

Esse panorama global revela que as crises do clima e de acesso à moradia digna não são fenômenos dissociados, mas dimensões complementares de uma mesma vulnerabilidade urbana.

Garantir o direito à moradia digna deve ser uma política climática de primeira ordem, uma vez que reduz vulnerabilidades, previne desastres e distribui de forma justa a capacidade de adaptação.

No Brasil, a crise habitacional expressa de forma contundente as desigualdades socioespaciais que estruturam o território urbano.

Em 2022, o déficit habitacional quantitativo brasileiro era de 6,2 milhões de moradias³, concentrado nas áreas urbanas e entre famílias de baixa renda, com até dois salários-mínimos. Já o déficit qualitativo era de 26,5 milhões de moradias com algum tipo de inadequação:



Uma mesma moradia pode apresentar mais de um tipo de inadequação.

O Brasil abriga mais de 16 milhões de pessoas em favelas e comunidades urbanas⁴, o que representa 8,1% da população do país.

O número de moradores nesses territórios aumentou mais de 40% desde 2010, quando foram identificadas 6.329 favelas abrigando 11,4 milhões de habitantes (6% da população nacional), frente às 12.348 favelas e comunidades urbanas registradas em 2022.



A crise habitacional tem classe, gênero e raça. Dados do IBGE⁵ indicam que 66% das pessoas em déficit habitacional são negras e 62% das famílias são chefiadas por mulheres, o que revela a interseccionalidade das desigualdades sociais e econômicas que estruturam a precariedade habitacional. O cenário torna-se ainda mais grave diante da insegurança quanto à posse das moradias, o que deixa as famílias sob ameaça constante de despejos e remoções forçadas.

A Campanha Nacional Despejo Zero identificou mais de três mil casos de conflitos por terra e moradia que afetaram mais de dois milhões de pessoas no Brasil. Entre elas, mais da metade eram mulheres e pessoas negras. Embora os despejos não sejam a maior causa do desafio, por vezes levam a população a migrar para as ruas ou outros territórios marginalizados, com pouco acesso a serviços básicos.

O crescimento da população em situação de rua é expressão dessa precarização extrema: em 2024, o país registrou 327.925 pessoas nessa condição, um aumento de 25% em relação a 2023⁶. Essa realidade revela a ausência de respostas habitacionais emergenciais e políticas intersetoriais capazes de integrar as agendas social e climática.

Um estudo realizado pelo WRI Brasil em 2025⁷ demonstrou que, nos últimos 30 anos, as cidades brasileiras apresentaram taxas de crescimento construtivo (tanto horizontal quanto vertical) superiores ao crescimento populacional.

De acordo com dados do MapBiomas⁸, parte significativa dessa expansão ocorreu em áreas de risco. Entre 1985 e 2021, a ocupação urbana nessas zonas triplicou, e o crescimento em assentamentos informais foi 3,4 vezes superior à média urbana nacional.

Atualmente, estima-se que, a cada 100 hectares de favelas, 15 estejam localizados em áreas suscetíveis a desastres naturais⁹, sendo esta população a que costuma ter menos capacidade de se recuperar.

Esse processo de expansão urbana, marcado pela ausência de planejamento e pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis, tem contribuído para o aumento da vulnerabilidade territorial. Entre 2012 e 2023, mais de cinco milhões de pessoas foram diretamente atingidas por desastres associados a eventos climáticos extremos no Brasil, resultando em milhares de desabrigados e centenas de mortes¹⁰.

O cenário evidencia a urgência de adotar estratégias integradas que articulem as agendas habitacional e climática como dimensões indissociáveis do desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, reconhecendo que garantir moradia digna é uma estratégia para a prevenção de desastres e para o aumento da resiliência climática urbana.

Isso requer ir além da simples produção de unidades habitacionais e incorporar novas modalidades de provisão e acesso à moradia digna, capazes de responder à diversidade de demandas e contextos urbanos. Entre elas, destacam-se habitações transitórias, propriedades públicas e coletivas, programas de locação social e utilização de mecanismos que assegurem o uso social da terra urbana.

Essas estratégias, quando associadas a um planejamento urbano socialmente justo e ambientalmente responsável, ampliam o acesso equitativo ao solo urbanizado, ajudam a conter a ocupação de áreas de risco e promovem cidades verdadeiramente inclusivas e resilientes. Para isso, é indispensável enfrentar as desigualdades estruturais que marcam a distribuição da terra e dos recursos públicos.

A integração entre as agendas habitacional e climática exige uma política ativa de redistribuição — territorial, ao democratizar o acesso à terra urbanizada, e fiscal, ao reorientar o investimento público para onde a vulnerabilidade é maior.





Nesse contexto, emergem desafios que precisam ser enfrentados para consolidar a moradia digna como eixo estruturador da resiliência climática nos territórios mais vulneráveis:

A desarticulação entre esferas de governo, sociedade civil, movimentos sociais, coletivos e pesquisadores fragiliza a capacidade do país de formular respostas estruturadas à crise habitacional e climática.

Essa fragmentação impede que a moradia seja tratada como política de resiliência, resultando em iniciativas pontuais, sobrepostas e de baixo alcance territorial.

A separação entre as esferas ambiental e urbana constitui um obstáculo central.

Com frequência, a agenda habitacional caminha de forma separada – ou mesmo em conflito – em relação à agenda ambiental, que é orientada por uma lógica de preservação que nem sempre reconhece a centralidade da moradia na justiça climática.

Essa dinâmica resulta em contradições práticas, como casos de remoções forçadas justificadas por proteção ambiental. Além disso, a moradia disputa espaço político e orçamentário com outros temas estratégicos, reduzindo sua força de incidência.

Superar essa separação e construir pontes conceituais e programáticas é fundamental para reposicionar a habitação no centro das estratégias de adaptação climática.

Diversos fatores institucionais, econômicos e políticos fragilizam a capacidade de resposta da agenda de moradia digna diante da emergência climática:

Fatores institucionais

- As necessidades imediatas das famílias em áreas de risco e vulnerabilidade climática não encontram resposta compatível no ritmo das políticas públicas.
- O desinvestimento crônico em habitação e urbanização, aliado à dependência de recursos federais, reduz a capacidade de resposta dos municípios e estados.
- A ausência de dados confiáveis e instrumentos de monitoramento das políticas compromete o diagnóstico, a transparência e a avaliação de resultados.
- A dificuldade de institucionalizar e ampliar experiências bem-sucedidas limita a consolidação de políticas estruturantes e a escalabilidade.

Fatores econômicos

- O domínio do investimento privado em áreas estratégicas, sem salvaguardas sociais, reforça desigualdades e restringe o acesso à moradia digna.

Fatores políticos e sociais

- A sobrecarga histórica dos movimentos sociais e organizações de base comunitária que lutam por moradia — somada à crescente criminalização por legislações que fragilizam a mobilização popular — enfraquece a capacidade de incidência e de participação social.

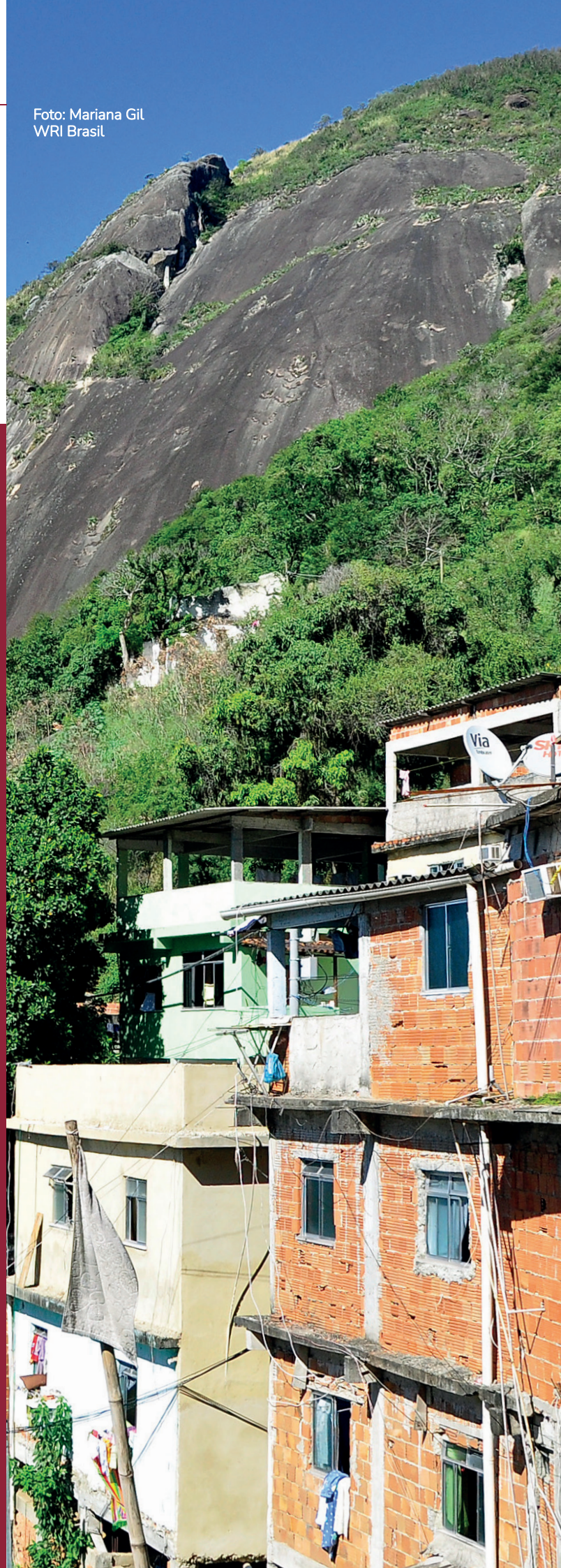
Foto: Mariana Gil
WRI Brasil



Enfrentar esses desafios exige soluções diversas, complementares e articuladas entre si, capazes de integrar diferentes escalas, setores e atores sociais.

Não há respostas únicas ou modelos prontos: é preciso combinar inovação institucional, fortalecimento de políticas públicas e valorização das experiências locais que já demonstram caminhos possíveis.

Nesse sentido, esta iniciativa não se propõe a oferecer soluções definitivas, mas a somar esforços, construir pontes e contribuir para o fortalecimento de uma agenda comum que reconheça a moradia digna como pilar da resiliência climática e da justiça urbana no país.





A RE.HABITA

A Re.Habita surge como uma iniciativa voltada a fortalecer a articulação entre os diferentes atores que trabalham para promover moradia digna e resiliência climática em territórios vulnerabilizados. Queremos contribuir para uma maior articulação, evitar a duplicidade de esforços e apoiar a tomada de decisão de atores estratégicos, de modo a promover ações mais coordenadas, inclusivas e transformadoras.

Acreditamos que a garantia de moradia digna para todas as pessoas é tanto um princípio quanto um meio para fortalecer a resiliência urbana. Nesse contexto, nossa missão é contribuir para ampliar o acesso à moradia digna no Brasil, em especial para aquelas pessoas que vivem nas favelas e comunidades vulnerabilizadas. A partir dessa visão, constituem o propósito da Re.Habita:

- **Promover convergências entre forças sociais, instituições e metodologias, construindo agendas e instrumentos comuns para conectar a política habitacional à ação climática nos territórios.** Isso inclui o desenvolvimento de mecanismos de cooperação, redes de trabalho e pactos intersetoriais para embasar investimentos, decisões e práticas em torno de objetivos compartilhados de justiça urbana e climática.
- **Promover transformações sistêmicas estruturais para enfrentar as desigualdades e valorizar as capacidades e saberes locais,** a partir do fomento a estratégias participativas, de base comunitária, que estimulem a autonomia local e incorporem saberes técnicos e comunitários na construção das soluções.
- **Reposicionar a moradia digna no centro do debate climático, ampliando sua força de mobilização social e institucional,** a partir da articulação entre governos, movimentos e instituições para transformar o debate sobre habitação e clima em ação política coordenada.

- **Influenciar políticas públicas para que reconheçam e incorporem diretrizes integradas de moradia digna e resiliência climática,** a partir da produção de recomendações técnicas baseadas em evidências.
- **Potencializar resultados** por meio da criação de plataformas e processos de compartilhamento de boas práticas, experiências e metodologias voltadas à promoção da moradia digna e da resiliência climática.
- **Construir uma consciência pública ampla sobre o papel da moradia digna na adaptação climática,** a partir do desenvolvimento de ações de comunicação e engajamento público, que evidenciem os vínculos entre moradia digna e resiliência climática.

O que nos une

A iniciativa é construída a partir de valores e compromissos compartilhados. Ainda que cada organização tenha sua própria história, metodologias e abordagens, todas convergem em torno da compreensão de que a moradia digna é um direito humano inalienável e, ao mesmo tempo, um eixo estratégico para enfrentar os desafios trazidos pela crise climática.

Convergimos também no entendimento de que uma atuação institucional para promover o fortalecimento mútuo das organizações envolvidas é imprescindível — cada uma com sua forma e local de atuação, mas baseadas em princípios compartilhados.

Esses princípios orientam a iniciativa Re.Habita tanto na articulação interna quanto na atuação em agendas externas, especialmente no que diz respeito à moradia digna e justiça climática.

PRINCÍPIOS

Compromisso com o direito à moradia digna

A moradia não deve ser tratada como mercadoria, mas como condição essencial para a dignidade da vida humana. É um direito universal, base da cidadania e da justiça social.



Justiça climática

A atuação da Re.Habita é ancorada em um compromisso sólido com a justiça em suas múltiplas dimensões, reconhecendo a moradia adequada como direito fundamental, as populações mais vulnerabilizadas como público-alvo prioritário, e os territórios como o lugar do exercício desse direito.



Colaboração, diálogo e transparência

A cooperação em rede, a escuta ativa e a construção coletiva são consideradas estratégias indispensáveis para superar a fragmentação das ações e potencializar impactos. A atuação articulada não é apenas uma escolha estratégica, mas uma condição indispensável para ampliar os impactos em escala.



Incidência baseada em evidências e conhecimento

Produção e uso estratégico de dados, informações, metodologias participativas e ação política orientada à transformação estrutural.





COMPROMISSOS

Para que esses princípios sejam colocados em prática, adotamos compromissos éticos, políticos e metodológicos que orientam a nossa atuação como iniciativa em construção:

- **Reafirmar a moradia digna como direito fundamental e reconhecer sua centralidade na construção de cidades verdadeiramente justas, inclusivas e resilientes**, priorizando as populações e territórios mais afetados pela precariedade habitacional e pelos riscos climáticos, a partir de uma perspectiva interseccional que reconheça as desigualdades de gênero, raça, classe e regionalidade.

A criação de uma narrativa e estratégias de comunicação para disseminar e reforçar o posicionamento da pauta habitacional na agenda climática é um compromisso importante para a Re.Habita.

- **Atuar de forma colaborativa, fortalecendo o diálogo e a cooperação entre diferentes atores sociais e institucionais para superar a fragmentação de ações.**

Essa atuação parte do reconhecimento do impacto transformador das relações baseadas na transparência, no respeito e na confiança mútua, promovendo parcerias sustentadas pela corresponsabilidade e pela busca de resultados comuns, além da criação de espaços que viabilizem o debate e a construção conjunta.

- **Influenciar políticas públicas e espaços de decisão a partir de análises baseadas em evidências e coletivamente construídas**, buscando desenvolver soluções escaláveis e produzir recomendações estratégicas que influenciem a elaboração de políticas habitacionais e climáticas comprometidas com a justiça climática.



Foto: Adriana Preta
WRI Brasil

CHAMADA PARA AÇÃO

As cidades brasileiras enfrentam um dos desafios urbanos mais urgentes do mundo: a falta de acesso à moradia digna, infraestrutura e serviços adequados. Não é possível falar sobre a promoção da resiliência climática urbana sem incluir a questão habitacional.

A cada evento climático extremo, famílias perdem suas casas, memórias e, muitas vezes, a própria vida. Dados como os trazidos na problemática confirmam que a crise habitacional e a emergência climática são dimensões de uma mesma vulnerabilidade urbana, exigindo respostas integradas.

É urgente para o Brasil, portanto, que a moradia digna seja tratada como eixo central da resiliência climática — e não como pauta acessória.

A Re.Habita acredita que, se fortalecermos a conexão entre as agendas de moradia e clima, as cidades brasileiras se tornarão mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.

É necessário ampliar o investimento público e privado, fortalecer os instrumentos de política habitacional e garantir que a alocação de recursos climáticos contemple, de forma estruturada e permanente, o direito à moradia digna como infraestrutura essencial da resiliência.

A COP30, que será realizada no Brasil, representa uma oportunidade histórica para apresentar a iniciativa Re.Habita a novas instituições, ampliando e aprofundando o diálogo para além das organizações que a compõem.

Convidamos organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores e pesquisadoras, gestores e gestoras públicas e financiadores a participarem desse esforço coletivo para ampliar o diálogo e a articulação das agendas climática e habitacional.

Para conhecer mais a iniciativa Re.Habita, acesse o formulário de interesse [clikando aqui](#). Entraremos em contato!



¹ Os termos moradia adequada e moradia digna, embora frequentemente utilizados, possuem distinções conceituais relevantes. A moradia adequada é adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para descrever, de forma objetiva, as condições materiais mínimas que garantem o atendimento das necessidades humanas de moradia. Já a moradia digna inclui, mas amplia essa noção, incorporando dimensões éticas, sociais e cidadãs, como a inclusão, a participação e o pertencimento, essenciais para assegurar o direito à moradia sob a perspectiva da justiça social. Para fins deste documento, consideramos que a moradia digna é sempre também adequada.

² No contexto da agenda climática, o termo resiliência abrange a capacidade de indivíduos e comunidades de se adaptar, resistir e recuperar-se dos efeitos adversos das mudanças do clima. A adaptação e a mitigação constituem estratégias interdependentes e complementares para a construção da resiliência, pois, ao mesmo tempo em que reduzem vulnerabilidades, também enfrentam as causas e os impactos das alterações climáticas. (UNEP, Climate Change Adaptation and Mitigation, 2023). Para fins deste documento, consideramos que todas as estratégias de adaptação e mitigação estão incluídas na agenda da resiliência.

³ Fundação João Pinheiro (FJP). Déficit Habitacional no Brasil 2024. Belo Horizonte, 2024.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro, 2023.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais 2023. Rio de Janeiro, 2023.

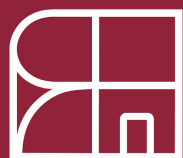
⁶ Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a Pop. Rua, Universidade Federal de Minas Gerais, 2025.

⁷ Iablonski, G.; Evers, H. Trinta anos de expansão vertical e horizontal em cidades brasileiras: Caracterização da alteração do volume construído a partir de sensores ópticos e escanômetros. Porto Alegre, WRI Brasil, 2024.

⁸ MapBiomas. Relatório de Expansão Urbana e Áreas de Risco (1985–2021). São Paulo, 2022.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Defesa Civil Nacional. Relatório de Desastres Naturais no Brasil (2012–2023). Brasília, 2024.



Re.Habita